

ALÔ

ASSESSORIA

Jornal da Aedas em Itatiaiuçu | Junho de 2026 | Edição 8

Do papel à prática

Como são feitas as medidas de reparação?

Como as medidas de reparação coletiva são colocadas em prática?



Projeto ilustrativo da praça de Capoeira de Dentro. Plano Popular de Infraestrutura/Peabiru

Nesta edição do jornal, vamos explicar de forma simples **quais são as etapas para colocar em prática as medidas de reparação nas comunidades atingidas**. As informações apresentadas são baseadas na Seção III - Implementação das Medidas de Reparação, previstas no TAC 2 (Segundo Termo de Acordo Complementar), que estabelece as regras e os caminhos para a reparação dos danos coletivos.

Ao longo do texto, você vai entender como essas ações são planejadas, organizadas, executadas e acompanhadas até a sua conclusão. Boa leitura!

1

Planejamento participativo

O planejamento participativo é a primeira etapa das medidas de reparação e acontece com a participação direta das comunidades atingidas, com apoio da assessoria técnica. Nessa fase, são definidas, de forma conjunta, quais ações serão realizadas, priorizando as demandas indicadas pelas próprias comunidades. A partir dessas decisões, são elaborados os chamados Planos Populares (PPs), que detalham como cada medida será executada, incluindo prazos, valores de referência, diretrizes e objetivos. Esses planos servem como guia para a execução e podem ser ajustados, caso necessário, a partir das considerações da Prefeitura, Arcellor ou Entidade Gestora Independente. Em resumo, essa etapa garante que as ações sejam pensadas coletivamente e organizadas antes de saírem do papel.

2

Fase pré-executiva

A fase pré-executiva acontece após a entrega dos Planos Populares. Nessa etapa, os responsáveis pela execução das medidas (Prefeitura, Arcellor ou Entidade Gestora, a depender de qual medida) organizam os detalhes para realização, como elaboração de projetos, definição de custos, levantamento de orçamentos e das empresas que vão executar as medidas. Todo esse processo passa por análises, ajustes e aprovações do Comitê Local de Gestão e Monitoramento, sempre garantindo que esteja de acordo com o que foi definido pelas comunidades. No caso de obras, há etapas técnicas mais detalhadas, com diferentes tipos de projetos e avaliações. Ao final, quando tudo estiver aprovado, incluindo projetos, valores e autorizações, é dada a autorização para iniciar a execução.

3

Destinação dos recursos

A fase de destinação dos recursos financeiros é quando se verifica se há recurso disponível e se todas as condições foram cumpridas para financiar a execução das medidas. Antes da liberação, a Secretaria da reparação (FGV) analisa os valores já gastos, os custos das ações em andamento e garante que tudo esteja dentro do limite previsto no acordo, com uma margem de segurança. Em seguida, os responsáveis pela medida apresentam a documentação necessária, que passa por conferência técnica e auditoria. Se tudo estiver correto, os Ministérios Públicos (Compromitentes) autorizam a liberação dos recursos, que acontece de forma gradual, conforme o avanço das ações. Essa etapa garante controle, transparência e segurança no uso do dinheiro.

4

Execução e fiscalização

A fase de execução e fiscalização é quando as ações de reparação começam a acontecer na prática, após a liberação dos recursos. Os responsáveis iniciam as atividades conforme o que foi planejado, enquanto o andamento é acompanhado de forma contínua. A cada três meses, são apresentados relatórios com informações sobre o progresso, uso do dinheiro e possíveis dificuldades, garantindo transparência. Além disso, auditorias independentes vão avaliar regularmente se tudo está sendo feito corretamente. Em resumo, é a etapa em que as ações são realizadas com acompanhamento e fiscalização constantes.

5

Conclusão das medidas

A fase de conclusão das medidas é quando a ação de reparação chega ao fim e precisa ser comprovada. Nessa etapa, o ente executor responsável pela medida de reparação apresenta um relatório final, que é analisado por auditoria para verificar se tudo foi executado corretamente, conforme o planejamento. Se houver problemas, ajustes devem ser feitos. Quando está tudo certo, a conclusão é formalizada e comunicada ao Comitê, podendo até haver uma cerimônia de entrega oficial para a comunidade. Caso sobre algum recurso, ele volta para o fundo geral da reparação, e tudo o que foi realizado deve ser destinado conforme o previsto. Em resumo, é o momento de conferir, validar e entregar corretamente as ações realizadas.

6

Prestação final de contas

A fase de prestação final de contas acontece após a conclusão da medida e serve para garantir que todo o dinheiro foi utilizado corretamente. Nessa etapa, os responsáveis apresentam um relatório financeiro final com todos os gastos, que é analisado pela auditoria para verificar se os valores estão de acordo com o que foi realizado e autorizado. Depois da análise, os resultados são comunicados aos responsáveis pelo acordo e ao Comitê Local de Gestão e Monitoramento. Se houver sobra de recursos, o valor retorna para o fundo geral da reparação para ser utilizado em outras medidas.

Quem são os responsáveis por executar as medidas ?

De acordo com o TAC 2, há três principais "entes executores":

- ▶ **ArcelorMittal:** executa ações, principalmente obras e outras medidas que ficaram sob sua responsabilidade no acordo.
- ▶ **Prefeitura:** cuida das ações ligadas a serviços públicos, como melhorias na saúde, educação, infraestrutura, etc.).
- ▶ **Entidade Gestora Independente (EGI):** A ANAB, é a organização contratada para gerir e contratar a execução de algumas medidas. Ela não faz tudo diretamente, mas seleciona e acompanha quem vai executar.

Importante entender

Mesmo com esses responsáveis pela execução, as comunidades continuam participando, ajudando a definir, acompanhar e cobrar os resultados.

TAC 2 - Medidas

ANAB (EGI) tem Plano de Trabalho aprovado pelas comunidades

Foto: Zulu de Oba



Momento 3 com a ANAB em que foi aprovado o Plano de Trabalho da EGI, em junho de 2026.

A Associação Nacional dos Atingidos por Barragens (ANAB) segue avançando na construção participativa para iniciar as atividades como Entidade Gestora Independente (EGI), conforme previsto no Segundo Termo de Acordo Complementar (TAC 2) de Itatiaiuçu. No dia 30 de junho, a entidade aprovou junto a Comissão dos Atingidos, Coordenadores de Grupos de Base e Grupos Temáticos a atualização do seu Plano de Trabalho.

Escolhida pelas próprias comunidades atingidas, a ANAB terá papel central na gestão de 36 medidas de reparação. Entre suas responsabilidades estão a gestão dos Planos Populares, contratação de entidades para executar medidas de reparação, apoio

técnico a projetos comunitários e a promoção da participação informada das populações atingidas.

Com experiência reconhecida em processos de reparação socioambiental, como no caso do rompimento da barragem em Brumadinho, a ANAB também será responsável pela condução de algumas medidas previstas no chamado Bloco Zero do TAC 2, que inclui diagnóstico socioterritorial e a produção de um documentário sobre as comunidades atingidas.

O processo de contratação da entidade ainda está em andamento e é acompanhado pelo Comitê Local de Gestão e Monitoramento. A expectativa é que a atuação da EGI contribua para fortalecer a participação social e garantir que as ações de reparação estejam alinhadas às reais necessidades da população de Itatiaiuçu.

Segurança

Descaracterização da barragem de Serra Azul chega a 11% sob monitoramento contínuo

Foto: AMB



Barragem Mina Serra Azul.

A barragem de rejeitos da Mina de Serra Azul, em Itatiaiuçu, permanece em Nível 3 de Emergência, o mais alto grau de risco, mesmo com o avanço das ações de descaracterização. Relatórios técnicos recentes indicam que, após o período chuvoso de 2026, a estrutura apresentou comportamento semelhante ao de anos anteriores, com tendência de estabilização ao longo da estação seca.

As obras de remoção de rejeitos, iniciadas em agosto de 2025, já retiraram cerca de 529 mil metros cúbicos de material,

o equivalente a 11% do total previsto. O processo ocorre de forma gradual e controlada, seguindo critérios técnicos rigorosos para garantir a estabilidade da barragem, com previsão de conclusão até dezembro de 2032.

Apesar dos avanços, a estrutura segue sob monitoramento 24 horas por dia. As áreas de risco continuam desocupadas, e todas as intervenções são realizadas com protocolos de segurança para evitar acidentes e proteger as comunidades.

A Associação Estadual de Defesa ambiental e Social (Aedas) é uma organização voltada à defesa do ser humano e do meio ambiente. Em Itatiaiuçu, a Aedas assessora as comunidades atingidas pela barragem da ArcelorMittal. Este material foi elaborado com contribuições de toda a equipe técnica multidisciplinar da Aedas Itatiaiuçu.

Jornal Alô Assessoria
Jornalista e Diagramador
Valmir Macêdo

Apoio:
Zulu de Oba e Marcela Leite

Direção Coletiva
Aedas Itatiaiuçu
Cecília Ribeiro
Ícaro Viana
Nayara Ribeiro

Fale Conosco
(31) 99939 8765
@aedasmg
aedasit
aedasmg.org